

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS V
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA - Habilitação em Supervisão Escolar

A AÇÃO SUPERVISORA NUMA ESCOLA PÚBLICA PERTENCENTE A 14ª REGIÃO
DE ENSINO DO CEARÁ.

Um Estudo Exploratório.

ORIENTADO POR:

MARILEVANTAS VIGOLVINO

ELABORADO POR:

Edvânia Escóssio de Paiva
EDVÂNIA ESCÓSSIO DE PAIVA.

CAJAZEIRAS, SETEMBRO / 1992.

ÍNDICE

PÁG.

I. INTRODUÇÃO	01
II. JUSTIFICATIVA	02
III. OBJETIVOS	03
IV. METODOLOGIA.....	04
V. TRABALHO DE CAMPO.....	05
VI. CONCLUSÃO	06
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	07

O tema desse estudo é Ação Supervisora na 14ª Região de Ensino do Ceará. Esta região se situa respectivamente, na cidade de Lavras da Mangabeira, Icó- Ceará.

Pretendemos aqui, analisar a prática educativa dessa atividade profissional no contexto sócio-político e econômico da sociedade brasileira/cearense.

Nosso interesse pela função supervisora na referida região de ensino originou-se de estudos e discussões realizadas em sala de aula. Isto despertou em nós o desejo de buscar informações mais substanciais sobre a prática da Supervisão e sobre as dificuldades que encontram as supervisoras no desenvolvimento de seu trabalho, pois sabemos que esta prática se dá num sistema educacional que apresenta várias dificuldades.

A Educação, durante os últimos anos, não tem merecido a atenção necessária das autoridades competentes de modo a favorecer uma prática educativa de qualidade. Além disso, existe todo um cuidado por parte do próprio Estado para a Educação não seja utilizada como instrumento que permita o desvelar das relações que se dão no interior da sociedade brasileira, numa tentativa de inibir as possibilidades de transformação desta sociedade.

Neste sentido, a Supervisão Educacional, na forma como tradicionalmente vem sendo exercida, tem se constituído num forte aliado dos governos Federal e Estadual, para o cumprimento de seus propósitos políticos-educacionais, o que justifica inclusive a sua introdução no seio das escolas públicas.

Porém, no momento atual de transformação por que passa a sociedade e a educação brasileira, a comunidade escolar, em geral, e a Supervisão Educacional em particular, procura, no movimento de sua ação e reflexão, rever sua prática pedagógica deslocando o eixo de sua ação individual para o coletivo, o social e o global, ao tratar da questão do ensino-aprendizagem de modo que possa contribuir, efetivamente, para um trabalho educativo transformador.

Desse modo, nós alunas do VII Período do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores do Campus V da Universidade Federal Paraíba, tentando responder às exigências impostas pelo processo de mudanças no campo educacional, realizamos este trabalho para o estágio supervisionado em Supervisão Escolar, investigando de modo que se realiza a Ação -Supervisora nas escolas de 1ª e 2ª graus da Rede Estadual de Ensino, articuladas na 14ª Região de Ensino e como é percebida pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Entendemos que, refletir sobre a questão acima proposta torna-se relevante na medida em que buscamos compreender a prática educativa dessas profissionais, sua concepção de escola pública enquanto instância da sociedade, como espaço significativo na luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade, ao tempo em que,

Para compreendermos a origem da supervisão no campo educacional brasileiro, é necessário compreendê-la, analisando o contexto histórico nacional e internacional da época em que ela foi inserida como atividade profissional. Segundo NOGUEIRA (1989) "a origem da supervisão educacional na realidade brasileira, tem a ver com o seu contexto histórico, suas vinculações com o contexto internacional e ao encaminhamento dado as questões nacionais no cenário mundial". (p.33)

Naquela época, início dos anos 40, o mundo se dividia em dois blocos: Ocidental, liderado pelos americanos e o Oriental formado pela URSS. Nesse contexto internacional ocorre a chamada guerra fria entre estas duas potências do mundo, uma vez que o sucesso e a expansão do socialismo representa perigo para o bloco capitalista. Frente ao crescimento do Comunismo os americanos trataram de investigar nos países capitalistas, oferecendo-lhes assistência técnica com a finalidade de "ajudá-los". Em verdade, a intenção era mesmo manter esses países sob seu domínio e longe da ideologia comunista. Para tanto, firmaram acordos com a maioria dos países da América Latina, entre eles o Brasil.

O governo brasileiro representado por Getúlio Vargas - 1950-1954, mantendo-se no poder, apoiado em bases populistas, defende o desenvolvimento nacionalista numa tentativa de, certa forma, impedir a entrada de capitais internacionais. Tal política gera grandes conflitos e tensões entre as classes dominantes: de um lado, a defesa do desenvolvimento internacionalizado e de outro, do desenvolvimento independente. Isto contribuiu para o desgaste da política de Vargas pois não conta com o apoio nem da classe dominante e nem da classe operária, o que provoca a sua deposição e, posteriormente, seu suicídio.

Eleito presidente, Juscelino Kubitschek - 1956, que mesmo assumindo uma política de massas, seu governo destaca-se pela implantação definitiva do capital internacional no país. Desse modo, intensifica a entrada de investimentos externos, haja vista ser ele um defensor da internacionalização do desenvolvimento. Por isso, os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos só vigoraram oficialmente a partir do seu governo, embora, tenha sido acordados, o primeiro, em 1950, chamado Acordo Geral de Cooperação Técnica e o segundo, Acordo Especial de Serviços Técnicos, data de 1953.

No bojo destes acordos na área educacional foi criado o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PABAAE, instalado na cidade de Belo Horizonte-MG, em 1957 e, com ele, a supervisão no campo educacional brasileiro.

O PABAEÉ tinha três objetivos básicos que o fundamentava. O primeiro deles merece destaque porque é essencial para a compreensão do surgimento da supervisão, já que trata basicamente de sua formação e do seu papel no contexto político e educacional brasileiro, assim formulado: repasse "aos educadores brasileiros dos métodos e técnicas utilizadas na educação primária norte-americana, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio de estímulo à iniciativa dos professores." (NOGUEIRA, 1989, pg. 37). Nele, vemos a causa e a razão da supervisão, dos centros de formação, de destaque metodológico, da prioridade aos métodos e técnicas, da atuação no ensino primário e da sua tarefa fiscalizadora.

Inicia-se a formação das supervisoras em Indiana - Estados Unidos para onde várias professoras foram se especializar regressando, posteriormente, para Belo Horizonte a fim de ministrarem cursos para novas supervisoras. Expande-se assim a prática da supervisão por todo o país.

A partir de então, às escolas passam a ter uma nova figura, a supervisora, cuja formação foi intencional, tendo sido acrítica e apolítica para atender interesses políticos e seguir os mandamentos do sistema político instituído, onde a meta era planejar e controlar. Seu papel era fiscalizar, valorizar a metodologia, o ensino tecnicista, não dar importância ao POR QUÊ e PARA QUÊ FAZER mas apenas ao COMO FAZER.

Assim, a supervisão inseriu-se no sistema educacional brasileiro intencionalmente por razões prioritariamente políticas.

Entretanta, passa-se uma imagem de que função supervisora é inovadora, moderna, introdutora de novos métodos e técnicas de ensino, numa tentativa de mascarar sua verdadeira função, ou seja, a de ser transmissora da ideologia da classe dominante que visa a encobrir seu descompromisso com uma educação democrática, voltada para os interesses da grande maioria da população brasileira. De fato, a supervisão educacional atua numa escola ainda elitista e seletiva, que tem acentuado o processo de marginalização das classes populares, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Acresçamos a tudo que foi dito, o fato de o pensamento conservador ser uma característica geral dos educadores, em todos os níveis, com maiores ou menores exceções dependendo da sua formação acadêmica e do seu compromisso político. É evidente, e não poderia ser de outro modo, que a supervisão desenvolva um trabalho onde o pensar crítico, a transformação, o replanejamento

o questionamento, a busca por interesses comuns não estão presentes em sua prática educativa.

Embora a supervisora tenha tido e, ainda tenha, uma formação acrítica, apolítica, ao organizar-se como categoria, nos movimentos sindicais e sociais, nos Encontros Nacionais de Supervisores Educacionais- ENSES, e na luta do dia-a-dia, começa a ter uma visão crítica da realidade, passando a refletir sobre a função de agente reprodutor da ideologia dominante que desempenha a função de agente de transformação, ou seja, de agente da contra-ideologia que poderá desempenhar.

Neste sentido, pôde alargar sua Visão, ter consciência da sua verdadeira realidade, da possibilidade de desenvolver dentro da escola um trabalho voltado para a transformação da sociedade, de rebelar-se e não limitar-se apenas a receber ordens sem questionar-las. Não apenas obedecer, mas criar, inovar, repensar, acrer que as decisões do Estado burguês só beneficiam a ele próprio e prejudica alunos e professores.

Só assim, conseguirá uma educação voltada para todos, sem distinções entre dominantes e dominados.

Para isso, o pesar crítico, o espírito de luta, o trabalhar coletivamente, torna-se parte integrante e força propulsora de sua ação educativa.

Repensar a prática da supervisão educacional significa, envidar esforços, ao lado dos demais profissionais da educação, para conquistar uma escola democrática que assuma, de fato, sua função política, como um espaço de luta, junto a outras instituições sociais, para a superação das contradições existentes, porque "a luta pedagógica não é, senão, uma forma de lutar, ao lado da luta econômica, social e política." (CHARLOT, 1983,pg.302)

Segundo Marlena Chauí, o que faltou à formação dada a supervisora educacional foi uma visão política do contexto histórico no qual se insere a ação educativa. É necessário que a supervisora adquira uma consciência crítica da realidade brasileira, forjada nas lutas e redimensionando a sua ação educativa incorporando a esta, sua ação política.

Por tudo isso, pretendemos neste trabalho analisar a prática e as bases teóricas da ação supervisora nas escolas de 1º e 2º graus da rede estadual articuladas na 14ª Região de Ensino do Ceará, convistas a delinear seu perfil e descobrir perspectivas para seu pedagógico.

III - OBJETIVOS.

GERAL:

- Conhecer e refletir sobre a prática educativa da Ação Supervisora numa escola pública de Ensino do Ceará e a aceitação que tem a comunidade escolar pelo exercício da supervisão.

ESPECÍFICOS:

1. Aprofundar os conhecimentos sobre Supervisão Educacional, de modo geral e, em particular, da escola X, da 14ª Região de Ensino do Ceará.
2. Caracterizar a a dimensão educativa da função supervisora na referida escola.
3. Refletir, numa perspectiva crítica, a avaliação e /ou propostas apresentadas pela comunidade escolar para a prática educativa na escola.

IV. METODOLOGIA

Este trabalho engloba as características de um estudo exploratório, cujo objetivo fundamental é buscar esclarecimentos, respostas para um problema mediante o emprego de procedimentos científicos, VERGER(1982) e SELTZ(1967) mostram que:

" a pesquisa no seu nível exploratório é o trabalho que tem como finalidade desenvolver e esclarecer os fatos visando a modalidade conceitos e idéias para a formulação de novos problemas e hipóteses para os estudos posteriores." (pag.134)

Desse modo , analisamos aqui a concepção teórico-metodológica subjacente à prática educativa do supervisor na referida escola, suas relações com os elementos do processo ensino-aprendizagem, sua concepção de escola pública. Enfim, como se dá a relação entre o supervisor e a comunidade escolar, como esta avalia sua atuação e como gostaria que fosse exercida, de forma que possamos traçar seu perfil e apontar perspectivas.

Assim, fica explícita a necessidade de um trabalho direto no campo onde se realiza a ação supervisora, onde compreendemos a questão proposta para estudo e elaboração do referido trabalho contendo o desenvolvimento da experiência.

Por isso, este trabalho foi concentrado na figura do supervisor, e envolveu também outros elementos inseridos no processo ensino-aprendizagem, como professor, aluno, corpo técnico-administrativo, auxiliar de serviço, etc., que direta ou indiretamente, possam contribuir para a compreensão do fenômeno em estudo , bem como, para a obtenção de um universo variado e significativo.

Para efetivação desse trabalho optamos pelos procedimentos metodológicos adequados a um estudo dessa natureza, como observação simples e entrevistas não estruturadas, pois só através do contato direto e do dia-a-dia do trabalho da supervisão, tivemos condições de entender como se dá na prática, a Ação Supervisora na 14ª Região de Ensino do Ceará.

Nas entrevistas realizadas tentamos conhecer a ação supervisora enfocando os seguintes temas:

- _ A concepção teórica-metodológica da ação supervisora.
- _ Supervisora e Escola Pública.
- _ A ação supervisora e o processo ensino -aprendizagem.
- _ A ação supervisora e os elementos do processo ensino aprendizagem.
- A A problemática da ação supervisora.

V. TRABALHO DE CAMPO

A Prática da Supervisora vista e dita pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da escola X.

Segundo os depoimentos dados pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da referida escola, podemos constatar que existe vários problemas além do acesso do alunado na escola, como também o grande índice de evasão atingido por aqueles que conseguem ingressar na escola pública. A escola pública deixa muito a desejar, por falta de material didático, as classes são superlotadas, a escola não tem estrutura física, professores mal remunerados, alunos carentes, e o governo não gasta o suficiente com a educação da escola pública. Ou seja, os governantes estão deixando que a escola permaneça numa agonia sem fim, não paramatá-la, mas para mantê-la dentro dos limites mínimos de sobrevivência, tal como vem fazendo com o povo.

Para isto estão querendo anular o trabalho do supervisor que na realidade procura desenvolver junto com o corpo docente, discente, um trabalho participativo, construtivo tornando assim o aluno consciênte do seu dever de cidadania.

Para defender tudo isto temos as lutas de classes encampadas pelos sindicatos da categoria por melhores condições de trabalho, melhores salários, profissionais qualificados, material didático... boa qualidade de ensino, a fim de resgatar a credibilidade da escola pública.

Vale salientar que todas estas lutas não obtêm resultados, pois o descaça dos governantes com a educação é muito grande, nem mesmo a paralização atinge a sensibilidade do sistema, uma vez que não causa prejuízo para o governo só para o aluno. Na realidade, não interessa a classe dominante a formação cultural verdadeira que possibilitaria a tomada de consciência dos mecanismos de dominação capitalista.

A escola pública precisa ser autônoma para ter maiores chances de garantir a qualidade de ensino do que uma escola obdiente, submissa e burocratizada. É nesse ambiente burocratizado que a supervisora, ao reconhecer os limites impostos pela burocracia, procura definir e redefinir a sua verdadeira função dentro da escola. A função da supervisora na escola é de orientar, acompanhar, avaliar e auxiliar os professores na prática pedagógica, oferecendo métodos significativos visando melhorar a aprendizagem do aluno. Além destas funções tem uma que é de fundamental importância: o supervisor tem que ser criativo, procurando orientar o professor a buscar novos caminhos, a pesquisar e a criar novos recursos de ensino, visando sempre a melhoria no desempenho do docente.

A função do supervisor hoje é bem aceita nas escolas de um modo geral pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo. Apesar de que o professor iniciante tenha medo por achar que este especialista é um fiscal e que a sua presença desmoraliza a sua prática em sala de aula.

Entretanto a função do supervisor na escola não é de fiscalizar o trabalho do docente, pelo contrário, a função desse especialista é de orientar e criar um ambiente no qual os professores possam contribuir, com toda a extensão de seus talentos, para a consecução dos objetivos da escola, como também tentar descobrir e revelar os recursos criativos do professor. Desse modo a ação supervisora chega a ser dinâmica, através de formas de participação efetiva no ambiente escolar. Para que a ação supervisora se efetive nesse nível de participação é necessário repensar o processo de formação do educador de maneira a lhe possibilitar ser reconhecido como um profissional necessário, artífice e símbolo de uma prática educacional em que o técnico e o político se fundem num serviço de transformação.

Quanto ao planejamento é realizado de acordo com a realidade do aluno e da região; ele é flexível e feito apenas como roteiro. Ou seja, dividem os conteúdos por semestres, vendo o que é preciso dar durante o ano, e sendo flexível, porque o aluno pode não se interessar pelo assunto e o professor pode mudar de acordo com o que surgir em sala de aula.

O professor e o supervisor preocupam-se em favorecer por todos os meios o encontro do aluno com as matérias de estudo procurando garantir os efeitos formativos desse encontro. Esses efeitos requer do docente um trabalho sistemático, intencional, disciplinado, ao mesmo tempo que um esforço pode conquistar o interesse, a colaboração e o gosto pela estudo, por parte do aluno. O professor precisa ter domínio dos conteúdos que ensina e dos meios de transmiti-los, sob o risco de comprometer seus objetivos.

A supervisora realiza constantemente reuniões com professores, alunos e pais de alunos, para juntos solucionarem dificuldades do aluno na aprendizagem. Através da avaliação procuram reelaborarem os planos de aula criando novas técnicas visando a melhoria do ensino aprendizagem, a fim de fornecerem aos alunos subsídios e instrumentos que torne os capazes de pensar, descobrir e discernir. Logo, toda comunidade escolar tem em mira os mesmos objetivos e procuram trabalhar cooperativamente descobrindo e criando novos caminhos para uma educação renovadora, libertadora e criativa.

O papel do supervisor dentro da escola é tão importante quanto os demais profissionais, o professor, diretor, o orientador e que o processo ensino-aprendizagem desenvolvido na escola pelo professor, em sala de aula só obterá o sucesso desejado se contar com a participação desse especialista competente, sob o ponto de vista político, humano e técnico. Dessa forma os professores chega a considerar o trabalho do supervisor como um sustentáculo no processo ensino-aprendizagem. Em fim ele estar sempre presente na busca de soluções para os problemas, seja de ordem moral, física ou pedagógica.

VI. CONCLUSÃO.

Vale resaltar que a experiência do corpo docente, discente e técnico - administrativo da escola pública, merecem a nossa atenção, pois através deles podemos analisar, criticar e conhecer a realidade da Escola Pública.

Mediante entrevistas e observações realizadas na escola X, pude perceber que a comunidade escolar encontra-se bastante preocupada com o processo ensino-aprendizagem, onde a situação da escola é muito precária, que vai desde o espaço físico até a merenda escolar. O fato é que, os recursos destinados a educação são insuficientes, malbaratos, desperdiçados. Considerando que a elite dirigente aplica a maior parte destes recursos de conformidade com seus interesses econômicos e políticos, deixando de lado critérios mais democráticos como a educação.

Diante das dificuldades que a escola apresenta, a Supervisora procura realizar seu trabalho de maneira participativa, criativa visando sempre a melhor aprendizagem do aluno. A Supervisora, em sua função pedagógica não tem receio de modificar a sua forma de agir quando as circunstâncias exigem. Questiona sempre o seu trabalho, discute os planos com os professores, os textos de estudo, avaliando seu trabalho e a sua maneira de atuar.

A supervisora é um agente educacional cujas ações visam à melhoria do ensino, articulando e coordenando uma proposta de ação pedagógica junto à equipe de trabalho da escola.

Concluindo, quero deixar claro que o trabalho da supervisora tem como função, entender o processo educativo como tarefa transformadora. Não uma postura ingênua no sentido de que somente através da escola a mudança possa ocorrer, mas com atitudes consensuais a respeito do papel político-social dos que atuam na escola, a fim de colaborarem para a construção de uma escola crítica e consciente.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Nilda e GARCIA, Regina L. (orgs.). O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais. São Paulo: Loyola, 1980.
- AGUIAR, Maárcia Ângela. Supervisão Escolar e Política Educacional. São Paulo: Cortez, Recife: Secretaria de Educação, Cultura e esportes do Estado, 1991.
- BARROS, Aidil, J.P. de e LEHFELD, Neide A.S. de Projetos de Pesquisa: propostas metodològicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CADERNOS CEDES, nº 6. Especialistas do Ensino em questão. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____, nº 7. Supervisão Educacional: novos caminhos. São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.
- CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria de educação. 2 ed.. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1989.
- MEDEIROS, Luciene e ROSA, Solange. Superisão Educacional: possibilidades e limites. São Paulo: Cortez, 1987.
- NOGUEIRA, Marta Guanaes. Supervisão Educacional: a questão política. São Paulo: Loyola, 1989.
- SILVA, Naura Syria I. C. da. Supervisão Educacional: uma reflexão crítica. Petrópolis, Vozes, 1981.

9

10

130, 200

140, 200